

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015

25 DE JULHO DE 2015

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO

INSTRUÇÕES

Este Caderno de Questões contém **30 questões**, constituídas com cinco opções (A, B, C, D, E) e **uma única resposta correta**. Em caso de divergência de dados e/ou de defeito no Caderno de Questões, solicite providências ao fiscal de sala.

Você receberá juntamente com o Caderno de Questões, o **Cartão Resposta**, o qual deverá ser preenchido atentamente com **Nome, Concurso (CP Planalto Alegre-SC), Nº da Inscrição, Data de Nascimento, as respostas por questão e Assinatura**.

O **Nº de Inscrição** deverá ser preenchido da seguinte forma, de acordo com o exemplo abaixo:

Nº Inscrição: 00036 (exemplo de nº de inscrição)

■	■	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
■	■	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
■	■	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
■	■	0	1	2	■	4	5	6	7	8	9
■	■	0	1	2	3	4	5	■	7	8	9

As respostas do Caderno de Questões deverão ser transcritas para o **Cartão Resposta**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de acordo com as orientações de preenchimento abaixo:

■	1	■	B	C	D	E
■	2	A	■	C	D	E
■	3	A	B	■	D	E

O **Cartão Resposta** é o único documento válido para a correção das provas e o não preenchimento correto implica a anulação da questão. **Não será fornecido**, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta por erro de preenchimento por parte do candidato. O Cartão Resposta é **insubstituível** e de inteira responsabilidade do candidato, por isso não deve ser amassado, dobrado, rasgado ou rasurado.

Durante a realização das provas **não será permitida qualquer consulta a materiais**, sejam didáticos ou eletrônicos. O candidato que for flagrado fazendo uso desses materiais estará automaticamente **eliminado** do Concurso Público.

A **interpretação das questões** é parte integrante da prova, não sendo permitido aos fiscais de sala auxiliar na interpretação.

A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e Cartão Resposta, somente será permitida após transcorrido **30 minutos do início da mesma**.

Ao concluir a prova e o preenchimento do Cartão Resposta, **entregue o Caderno de Questões e o Cartão Resposta ao fiscal de sala**. A não entrega de qualquer um dos itens especificados acima, implicará na eliminação do candidato do Concurso Público.

O tempo de duração total da prova é de **3 horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

Os **3 últimos candidatos** ao terminar a prova deverão permanecer juntos em sala para, juntamente com os fiscais de sala, conferir os Cartões Resposta e assinar a folha ata e o lacre dos envelopes que guardarão os Cartões Resposta e os Cadernos de Questões.

A **desobediência** a qualquer uma das determinações constantes do Edital de Concurso Público, do presente Caderno de Questões e de preenchimento do Cartão Resposta, implicará na **eliminação do candidato** do Concurso Público.

O **Gabarito Preliminar** e as **provas escritas/objetivas** estarão disponíveis, no dia **27 de julho de 2015**, no site www.alternativeconcursos.com.br.

É facultado ao candidato interpor **recurso** contra as questões da prova escrita objetiva através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **28 e 29 de julho de 2015**.

Texto para as questões de 01 a 06:

Miguilim

“De repente lá vinha um homem a cavalo. Eram dois. Um senhor de fora, o claro de roupa. Miguilim saudou, pedindo a bênção. O homem trouxe o cavalo cá bem junto. Ele era de óculos, corado, alto, com um chapéu diferente, mesmo.

- Deus te abençoe, pequenininho. Como é teu nome?

- Miguilim. Eu sou irmão do Dito.

- E o seu irmão Dito é o dono daqui?

- Não, meu senhor. O Ditinho está em glória.

O homem esbarrava o avanço do cavalo, que era zelado, manteúdo, formoso como nenhum outro. Redizia:

- Ah, não sabia, não. Deus o tenha em sua guarda... Mas, que é que há, Miguilim?

Miguilim queria ver se o homem estava mesmo sorrindo para ele, por isso é que o encarava.

- Por que você aperta os olhos assim? Você não é limpo de vista? Vamos até lá. Quem é que está em tua casa?

- É Mãe, e os meninos...

Estava Mãe, estava Tio Terez, estavam todos. O senhor alto e claro se apeou. O outro, que vinha com ele, era um camarada.

O senhor perguntava à Mãe muitas coisas do Miguilim. Depois perguntava a ele mesmo:

- Miguilim, espia daí: quantos dedos da minha mão você está enxergando? E agora?[...]”

ROSA, João Guimarães. *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

01) Sobre o texto:

1. É possível afirmar que o narrador é também protagonista da história.
2. Miguilim era um menino taciturno.
3. O texto é narrado na terceira pessoa e o narrador não tem participação no desenrolar na história.
4. É possível inferir que o Ditinho já havia expirado.

- a) As proposições 2 e 4 estão corretas.
- b) As proposições 3 e 2 estão corretas.
- c) As proposições 3 e 4 estão corretas.
- d) As proposições 1, 2 e 3 estão corretas.
- e) As proposições 1 e 4 estão corretas.

02) “- É mãe, e os meninos...”As reticências no final da sentença são usadas para:

- a) indicar suspensão do pensamento.
- b) representar hesitação do narrador.
- c) realçar uma expressão.
- d) realizar uma citação incompleta.
- e) sugerir prolongamento de ideia.

03) “O senhor perguntava à Mãe muitas coisas do Miguilim.” O uso do acento indicativo da crase somente se faz necessário em:

- a) O réu se negou à falar.
- b) Não vou à cerimônias públicas.
- c) Andava na minha rua à passos lentos.
- d) Ando à procura de meu velho e bom cobertor.
- e) Fiquei cara à cara com minha rival.

04) “- Por que você aperta os olhos assim? ...” O vocábulo OLHO quando flexionado, em número, apresenta somente uma forma de plural, OLHOS. Dos substantivos apresentados abaixo todos apresentam duas ou mais formas no plural, exceto:

- a) charlatão - charlatões, charlatães
- b) hífen - hifens, hífenes
- c) verão - verões, verãos
- d) mel - méis, meles
- e) cristão - cristãos, cristães

05) “Miguilim queria ver se o homem estava mesmo sorrindo para ele, por isso é que o encarava.” Substituindo os termos sublinhados no fragmento anterior, sem acarretar prejuízo de sentido, temos:

- a) porquanto
- b) portanto
- c) bem como
- d) todavia
- e) contudo

06) “- Por que você aperta os olhos assim?” Complete as sentenças corretamente:

1. A cobrança do ingresso foi reduzida houve poucas vendas.
2. Perguntei o de seu atraso.
3. Havia outro para aquele inusitado comportamento.
4. A vitória aguardava finalmente chegou.

- a) porque - porquê - porquê - por que
- b) porque - por que - porque - por que
- c) porquê - porque - por que - por quê
- d) porquê - porquê - porque - porque
- e) porque - porque - por quê - porquê



Disponível em: www.pcomunic.blogspot.com
Acesso:08/07/2015

07) Na propaganda publicitária acima temos uma figura de linguagem denominada:

- a) Eufemismo
- b) Catacrese
- c) Metonímia
- d) Pleonasma
- e) Antítese

08) A sentença que apresenta erro quanto à colocação pronominal é:

- a) Interrompi a conversa, quando a vi entrar.
- b) Vai me acompanhar até a escola?
- c) Deixou-o no armário velho.
- d) Em se tratando de esportes, sou especialista.
- e) Justificou-nos a sua falta à reunião de sábado.

09) Na frase: "*Pedro vendeu caro as camisas usadas.*" a função morfológica do vocábulo sublinhado é:

- a) advérbio
- b) substantivo
- c) preposição
- d) adjetivo
- e) pronome

10) Somente uma das alternativas abaixo completa as frases corretamente:

1. Levantou do para dar lugar ao idoso.
2. Foi o mandato do governador.
3. No mercado novo todos os produtos já foram
4. Para a fogueira foi necessário ajuda dos mais velhos.

Respeitando a ordem em que as frases aparecem temos:

- a) assento – caçado – apressados - ascender
- b) acento – cassado – apreçados - ascender

- c) assento – cassado – apreçados – acender
- d) acento – caçado – apressados - acender
- e) acento – cassado – apreçados - acender

Matemática

11) Qual o produto das raízes do polinômio $\frac{3}{4}x^3 + 2x^2 - 7x - \frac{9}{2}$?

- a) -5
- b) $-\frac{7}{3}$
- c) 9
- d) 8
- e) 6

12) Qual a primeira determinação positiva do ângulo de $\frac{-17\pi}{5}$ rad, em graus?

- a) 90
- b) 108
- c) 60
- d) 210
- e) 135

13) Uma circunferência possui coordenadas de seu centro dadas por (1; -3) e passa pelo ponto (3; -6), então o raio dessa circunferência é?

- a) 4
- b) 8
- c) 2,5
- d) 3,5
- e) 5

14) Em uma sessão de ginástica de uma academia, 25% dos presentes são do sexo masculino. Se 3 rapazes se retirarem, a porcentagem passará a ser de 20%. Qual será então o número total de rapazes no final da sessão?

- a) 14
- b) 16
- c) 12
- d) 8
- e) 19

15) Em certa sala de aula, a razão entre o número de meninos e o de meninas é $\frac{5}{11}$. Em relação ao número total de alunos, qual é a porcentagem de meninas?

- a) 68,75
- b) 90,45
- c) 17,35
- d) 80,30
- e) 54,85

16) (Lei Orgânica do Município) Conforme prescreve o art. 17 da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), é de _____ o número total de Vereadores, número que poderá ser alterado nos termos da legislação federal, através de lei complementar. Assinale a alternativa que completa corretamente o trecho acima:

- a) 09
- b) 11
- c) 13
- d) 15
- e) 17

17) (Lei Orgânica do Município) De acordo com o art. 21 da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), perderá o mandato o Vereador:

- I. **Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.**
- II. **Que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo se em licença ou missão autorizada pela Câmara.**
- III. **Que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.**
- IV. **Quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.**
- V. **Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.**

- a) Somente I, III e V estão corretos.
- b) Somente I, II e III estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

18) (Lei Orgânica do Município) Acerca dos Vereadores, leia as afirmações abaixo e a assinale a alternativa correta:

- I. **É permitido ao Vereador fixar residência fora do Município.**
- II. **O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.**
- III. **É livre ao Vereador renunciar o mandato.**
- IV. **O Vereador que faltar as sessões ordinárias mensais, sem justificção aceita pelo Plenário, terá sua remuneração reduzida na forma da lei.**
- V. **Antes da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão apresentar declaração de bens.**

- a) Somente I, II e V estão corretos.
- b) Somente II, III e V estão corretos.
- c) Somente I está incorreto.
- d) Todos estão corretos.
- e) Nenhum está correto.

19) (Lei Orgânica do Município) De acordo com o art. 40 da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), o mandato da Mesa será de:

- a) Dois anos.
- b) Um ano.
- c) Três anos.
- d) Quatro anos.
- e) Seis meses.

20) (Lei Orgânica do Município) Conforme o art. 51 da Lei Orgânica do Município de Planalto Alegre (SC), o processo legislativo compreende a elaboração de:

- I. Emendas à Lei Orgânica.
- II. Leis complementares.
- III. Leis ordinárias.
- IV. Decretos legislativos.
- V. Resoluções.

- a) Somente I, II e III estão corretos.
- b) Somente I, IV e V estão corretos.
- c) Somente I, III e V estão corretos.
- d) Nenhum está correto.
- e) Todos estão corretos.

Conteúdos Específicos

DIREITO CONSTITUCIONAL

21) Acerca dos Direitos Políticos, previstos na Constituição Federal Brasileira, assinale a alternativa incorreta:

- a) A soberania popular será exercida por meio do sufrágio universal, voto direto e secreto, com valor igual para todos e, de acordo com a lei, será exercida mediante plebiscito, referendo e eleições diretas.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, maiores de setenta anos e entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- c) Dentre todas as condições de elegibilidade pode-se citar a nacionalidade brasileira, o domicílio eleitoral na circunscrição e o pleno exercício dos direitos políticos.
- d) A idade mínima para se candidatar ao cargo de deputado federal e deputado estadual é de 21 (vinte e um) anos.
- e) O militar que contar com menos de 10 (dez) anos de serviço é alistável e elegível, porém deverá se afastar da atividade militar.

22) A competência para julgar e processar originariamente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual cabe ao:

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Tribunal Regional Federal.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Tribunal de Alçada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23) As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem as seguintes características:

- a) Terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas; serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo – 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis até a metade, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- b) Possuem poderes de investigação próprios do Poder Judiciário; criadas separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal; temporárias e podem atuar somente durante o período de atividade parlamentar, sendo vedado seu exercício durante o recesso parlamentar. Possuem um prazo máximo de duração de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por, no máximo, 60 (sessenta) dias, mediante necessidade caracterizada por requerimento do Plenário; suas conclusões servirão como punição imediata aos infratores, tanto na esfera cível quanto penal.
- c) Terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, bem como outros previstos nos regimentos de cada casa; serão criadas conjunta ou separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, mediante requerimento de dois terços de seus membros, tendo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias de duração; terão como objetivo a apuração de fato determinado, sendo que suas conclusões serão encaminhadas diretamente para o Chefe de cada Casa para punição cível e criminal dos infratores.
- d) Terão prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por até a metade, criadas, conjunta ou separadamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, mediante a requerimento de um terço dos membros, com poderes próprios do Poder Judiciário, sendo que as conclusões serão encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal para aplicação direta das penalidades.

e) Terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas; serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

24) Acerca do processo e do procedimento judicial dos crimes definidos pela Lei n. 8.666/93, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os crimes previstos pela Lei n. 8.666/93, são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promover a respectiva demanda, sendo autorizado a qualquer pessoa provocar a iniciativa do Ministério Público, por escrito, fornecendo informações do fato e autoria, além das circunstâncias em que se deu a ocorrência.
- b) A ação penal será pública incondicionada somente nos crimes previstos com pena de reclusão. Nos demais casos a ação penal será condicionada a representação de qualquer pessoa que poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, com informações repassadas por escrito, acerca do fato e autoria, além das circunstâncias que se deu a ocorrência.
- c) Recebida a denúncia, o juiz determinará a citação do réu, que terá prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa, contados do ato citatório, podendo juntar documentos, arrolar testemunhas, em número máximo de 08 (oito), além de indicar as demais provas que pretenda produzir.
- d) Após a oitiva das testemunhas da acusação e, posteriormente, da defesa, procedido ao interrogatório do réu e praticadas as diligências determinadas pelo magistrado, abrir-se-á prazo sucessivo de 03 (três) dias para cada parte apresentar suas alegações finais.
- e) Decorrido o prazo concedido para alegações finais, o juiz proferirá sentença no prazo de 15 (quinze) dias, sentença esta que caberá apelação, no prazo de 05 (cinco) dias, de acordo com o art. 593, do Código de Processo Penal.

DIREITO DO TRABALHO

25) Acerca da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) São órgãos da Justiça do Trabalho, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento ou os Juízos de Direito.

- b) O serviço da Justiça do Trabalho é relevante e obrigatório, devendo ser adotado em todas as situações, não podendo ser eximido em qualquer situação.
- c) A Justiça do Trabalho é competente para julgar os desentendimentos oriundos de relações de trabalho envolvendo empregado e empregador, além dos trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço, nas atividades reguladas pela legislação social.
- d) A Justiça do Trabalho é competente, ainda, para processar e julgar as ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO – decorrentes da relação de trabalho.
- e) Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26) A disposição sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar; e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, compete à:

- a) Lei Ordinária.
- b) Lei Complementar.
- c) Medida Provisória.
- d) Leis Delegadas.
- e) Decretos legislativos.

27) Acerca da Fiscalização da Administração pela Câmara Municipal, assinale a assertiva incorreta:

- a) O Poder Legislativo Municipal é responsável pela fiscalização do Poder Executivo Municipal, através de controle externo, e pelos sistemas de controle interno do próprio Poder Executivo.
- b) O Tribunal de Contas dos Estados auxiliarão o Poder Legislativo Municipal na fiscalização do Poder Executivo Municipal.
- c) As contas do município ficarão disponíveis por 60 (sessenta) dias, anualmente, a disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação; o cidadão poderá, inclusive, questionar a legitimidade das contas, na forma da lei.
- d) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

28) A apelação, interposta em face de sentença proferida, será recebida pelo Tribunal em seu efeito devolutivo e suspensivo. Entretanto, o Código de Processo Civil Brasileiro dispõe que o citado recurso somente será recebido no efeito devolutivo, nos seguintes casos:

- a) Condenar à prestação alimentícia; decidir o processo cautelar; Homologar a divisão ou a demarcação de terras; rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes; confirmar a antecipação dos efeitos da tutela; e julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem.
- b) Confirmar a antecipação dos efeitos da tutela; Homologar a divisão ou a demarcação de terras; decidir o processo cautelar; rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes; condenar o alimentado ao pagamento de prestação alimentícia; julgar improcedente o pedido de instituição de arbitragem.
- c) Decidir o processo cautelar; rejeitar a divisão ou a demarcação de terras; condenar a parte ao pagamento de prestação alimentícia; rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los procedentes; julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem; e confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- d) Condenar o alimentado ao pagamento de pensão alimentícia; julgar procedente o processo cautelar; rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los procedentes; Rejeitar a divisão ou a demarcação de terras, julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem; e confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
- e) Condenar a parte ao prestação alimentícia; decidir o processo cautelar; rejeitar liminarmente embargos à execução ou julgá-los improcedentes; julgar procedente o pedido de instituição de arbitragem; julgar, no mérito, a divisão ou a demarcação de terras; e confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.

29) Do processo Cautelar, assinale a alternativa correta:

- a) Tendo em vista a urgência deste procedimento, a regra geral é de que o Magistrado poderá conceder a medida cautelar pleiteada, independente de realização de audiência.
- b) Por se tratar de pretensão de urgência, a defesa do requerido será apresentada na audiência de justificação, ou no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da realização da audiência.
- c) Não havendo contestação ao pedido do autor, a cautelar será conclusa ao Magistrado, que decidirá o pedido no prazo máximo de 10 (dez) dias,

observando-se a total revelia do demandado – arts. 285 e 319 do CPC.

- d) Uma das hipóteses de cessação da medida cautelar é se a mesma não for executada no prazo de 30 (trinta) dias.
- e) Ajuizada em procedimento preparatório, a parte autora deverá ajuizar demanda principal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do deferimento da cautelar.

DIREITO CIVIL

30) Acerca do Direito das Coisas, assinale a assertiva incorreta:

- a) O proprietário tem direito de construir barragens, açudes, ou outras obras para represamento de água em sua propriedade. Porém, se as águas represadas invadirem propriedade alheia, seu proprietário será indenizado, deduzindo-se o valor dos benefícios que obteve.
- b) Quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado.
- c) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- d) Só se considera perdida a posse para quem não presenciou o esbulho, quando, tendo notícia dele, se abstém de retornar a coisa, ou, tentando recuperá-la, é violentamente repellido.
- e) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.